



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 056/2017

**Cargo: D – Assistente em Administração**

1. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. **REQUISITOS:**

ESCOLARIDADE: Médio completo + experiência 12 meses

3. **ESTRUTURA DO CONCURSO:**

O concurso para este cargo consistirá de uma prova objetiva com 60 (sessenta) questões, cada uma valendo 2 (dois) pontos, num total de 120 (cento e vinte) pontos.

A prova objetiva compreenderá: 30 questões de Conhecimentos Gerais (10 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Raciocínio Lógico e Quantitativo, 5 questões de Legislação e 5 questões de Informática); e 30 questões de Conhecimentos Específicos.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Administração Financeira e Orçamentária** – 1. O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. 2. Orçamento público e sua evolução: Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. 3. O orçamento público no Brasil: Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias. 4. Programação e execução orçamentária e financeira: Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais. 5. Receita pública: Conceitos, classificação, fontes e estágios. Dívida ativa. 6. Despesa pública: Conceitos, classificação. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Suprimento de fundos.

**Noções de Arquivologia** – 1. Conceitos fundamentais de arquivologia. 2. Teoria das três idades. 3. Gestão de documentos. 4. Funções arquivísticas.

**Redação Oficial** – 1. Aspectos gerais: impessoalidade; linguagem dos atos e comunicações oficiais; formalidade e padronização; concisão e clareza. 2. Redação de atos administrativos: ofício, memorando, mensagem, correio eletrônico, portaria, resolução, ata. 3. Elementos de ortografia e gramática.

**Direito Constitucional** – 1. Constituição: princípios fundamentais. 2. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 056/2017

nacionalidade; dos direitos políticos. 3. Da organização do Estado: da organização político-administrativa, da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal, dos Territórios. 4. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. 5. Da organização dos Poderes: do Poder Legislativo: do Congresso Nacional, das atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos deputados e dos senadores e do processo legislativo, do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República, das atribuições do Presidente da República e da Responsabilidade do Presidente da República; do Poder Judiciário: disposições gerais, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais e Juízes Eleitorais.

**Direito Administrativo** – 1. Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais: Lei nº. 8.112/1990. 2. Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos Federais: Lei nº. 12.618/2012. 3. Improbidade Administrativa: Lei nº. 8.429/1992. 4. Processo administrativo na Administração Pública Federal: Lei nº 9.784/1999. 5. Licitações e contratos administrativos: Lei nº. 8.666/1993. 6. Licitação na modalidade Pregão: Lei nº. 10.520/2002.

## 5. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

FEIJÓ, P. H.; ALBUQUERQUE, C. ; MEDEIROS, M. . **Gestão de Finanças Públicas Administração Financeira e Orçamentária**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional Promulgado em 05/10/1988. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Brasília, 2000. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Manuais de contabilidade aplicada ao setor público**. Parte 1: PCO. 7 edição. Brasília: MF, STN, 2017. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. TÂNIA CRUZ Secretária de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento - MTO**. Edição 2018. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq>>.

PAES, Marilena Leite. **Arquivologia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 3. ed. rev. e ampl.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 056/2017

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de (orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 2. ed.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Preservação nos Arquivos e na Arquivologia. In: \_\_\_\_\_. **A Preservação da Informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

BRASIL. **Manual de redação da Presidência da República**. Presidência da República. Casa Civil. 2. ed., rev. e atual. Brasília, 2002.

LIMA, A. Oliveira. **Manual de Redação Oficial: teoria, modelos e exercícios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRASIL. **Lei nº. 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas federais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 8.429**, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.784**, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 12.618**, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

Obs.: Texto vigente na data do edital das normas jurídicas mencionadas no Programa, disponíveis no sítio [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 056/2017